

Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

**A FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE E A RESPONSABILIDADE PÚBLICA DOS
ACERVOS PRIVADOS - EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO CASA ROBERTO
MARINHO**

Linha de Pesquisa 2: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do
Patrimônio Documental Material e Imaterial

Rio de Janeiro

2018

SUMÁRIO

1 TEMA E PROBLEMA	2
1.1 Tema	2
1.2 Problema	4
2 OBJETIVOS	5
2.1 Objetivo geral	5
2.2 Objetivos específicos.....	5
3 JUSTIFICATIVA	5
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
5 METODOLOGIA	8
6 CRONOGRAMA DA PESQUISA.....	8
7 REFERÊNCIAS	9

1. TEMA E PROBLEMA

1.1. Tema

O presente projeto busca tecer uma reflexão acerca da função social da arte e da responsabilidade pública de acervos e coleções privadas de arte que, comumente, ficam

encastelados nas residências de seus proprietários. Em oposição a tal tendência, será apresentada a experiência vivida na concepção e instalação do *Instituto Casa Roberto Marinho* no Rio de Janeiro, uma associação civil sem fins lucrativos inaugurada em 28 de abril de 2018 e que, dentre outras atividades, disponibilizou ao público a coleção de objetos de arte amalhada pelo empresário Roberto Marinho ao longo de sua vida.

Na década de 30, o jovem empresário Roberto Marinho deu início à sua coleção, tendo sido a primeira tela, ao que tudo indica, do pintor José Pancetti¹. O hábito de adquirir peças de artistas que eram seus contemporâneos revelou-se uma tendência do empresário, o que acabou por transformar o acervo de Marinho em relevante repositório da arte produzida durante o movimento modernista brasileiro. A importância histórica e artística de tal acervo é fundamental para o entendimento e o conhecimento da sociedade brasileira não somente durante a Primeira República, mas também para a compreensão da influência do referido movimento sobre o que se produz artisticamente no Brasil hoje em dia.

Antes da abertura da *Casa Roberto Marinho* as obras de arte da coleção eram separadamente emprestadas para exibição em exposições promovidas por diversas instituições no Brasil e no mundo, quando a temática da referida exposição tinha sinergia com alguma peça

¹ José Pancetti era filho de imigrantes italianos. Nasceu em Campinas, SP, em 1902 e viveu até 1958. Ao longo da vida, exibiu seus trabalhos no Brasil e no exterior. Suas pinturas estão entre as mais importantes obras de arte brasileira do século XX.

específica de acordo com a curadoria responsável pelo evento. Pode-se dizer que, a coleção era “viva” e, em alguma medida, já acabava por ser, de forma fragmentada, conhecida pelo público. Entretanto, a abertura de um centro cultural que abriga e expõe a íntegra da coleção é capaz de mostrar a força e a relevância do comentado conjunto de peças artísticas, bem como possibilita a formação um espaço de referência para estudo da arte moderna brasileira, promovendo, desta forma, cultura e educação acessíveis ao público.

Esse estudo pretende tratar, como objeto de estudo e análise, como a abertura à população em geral do *Instituto Casa Roberto Marinho* representa a manifestação de um acervo privado cumprindo a sua função pública de acesso aos bens e serviços culturais e à educação, ao mesmo tempo que permite à arte cumprir sua função social de entreter e de ampliar conhecimento.

1.2. Problema

Através da pesquisa que se pretende desenvolver a partir desse estudo, busca-se responder as seguintes questões: 1) em que medida a iniciativa da abertura do centro cultural *Instituto Casa Roberto Marinho* se relaciona com a função do estado de promover acesso à bens e serviços culturais, ao mesmo tempo que evidencia a arte cumprindo sua função social; 2) quais as dificuldades enfrentadas para a concretização de uma iniciativa de tal natureza, sob a ótica jurídica e das políticas culturais existentes; e, 3) como a experiência dessa mesma iniciativa pode servir de incentivo à outros colecionadores privados?

Diante da carência de reflexões sobre o tema escolhido, bem como da escassez de iniciativas semelhantes à da abertura da *Casa Roberto Marinho* no Rio de Janeiro, essa pesquisa pretende explicitar o contexto geral em que se deu a concretização de uma empreitada cultural relevante, assim como tenciona buscar caminhos para que esta mesma iniciativa possa servir de paradigma para outros colecionadores e seus acervos privados.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

□ Analisar a função social da arte e a responsabilidade pública dos acervos privados de coleções de artes plásticas.

2.2. Objetivos Específicos

- Apresentar a concepção e a abertura do Instituto Casa Roberto Marinho e a sua relevância na garantia dos direitos de acesso e fruição da arte cumprindo sua responsabilidade pública;
- Analisar o contexto jurídico da iniciativa de abertura do referido centro cultural, sobretudo o enfoque dos Direitos Constitucionais Culturais, bem como das políticas culturais de incentivo;
- Desenvolver mecanismos de encorajamento e sensibilização dos colecionadores privados a disponibilizarem seus acervos ao público.

3. JUSTIFICATIVA

A abertura de um centro cultural com recursos próprios em meio a uma severa crise econômica, por si só, já é um ato de bravura e merece ser observado.

A despeito das garantias constitucionais e das políticas culturais existentes, o cenário em que se deu a criação do novo centro cultural sob estudo neste projeto é, por assim dizer, pouco propício. Nas palavras de Bernardo Novais da Mata Machado “(...) *é lícito concluir que a cultura é um componente estrutural e estruturante da Constituição. No entanto, ainda falta à*

maioria dos governos e à sociedade como um todo reconhecer o papel estratégico das políticas culturais na promoção e proteção dos direitos culturais” (MACHADO, 2011, p.116).

É verdade que seja dever do Estado garantir o acesso aos bens e serviços culturais através de políticas públicas que incentivem a criação de museus, bibliotecas e outros aparelhos culturais. A sociedade, contudo, não deve se esquivar da sua incumbência de participar da definição das políticas culturais. Conforme as palavras de Guilherme Varela, a participação social nos processos políticos culturais “está intimamente ligado à ideia de cidadania” (VARELLA, 2004, p. 64).

O acervo de arte moderna brasileira disponibilizado ao público pela família de Marinho, por sua vez, é raro e de grande importância. As obras produzidas nesse período são habitualmente encontradas nas “paredes particulares” de colecionadores.

Pode-se dizer, nesse contexto, que a criação do Instituto Casa Roberto Marinho deve ser estudada e divulgada, na medida em que se revela em ação privada possibilitando o acesso e a fruição da população à um espaço que concebido para ser referência de conhecimento da arte, de educação e de memória.

Por tudo isso, pode-se afirmar que, o presente projeto de pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa 2 (“Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial”).

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa utilizará como referencial teórico os dois campos que são seus principais pilares: os direitos culturais e as políticas culturais.

As discussões sobre os direitos culturais como se conhece hoje e sobre o direito de acesso à cultura são bastante recentes no Brasil, tendo sido iniciadas há aproximadamente trinta anos, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (ou “Constituição Cidadã”). Registros introdutórios acerca do tema constituição e cultura, podem e devem ser encontrados na leitura do constitucionalista José Afonso da Silva.

Além disso, de modo a entender os princípios e os caminhos dos direitos culturais, faz-se mister buscar os ensinamentos do Professor Francisco Humberto Cunha Filho. Em suas palavras, *“impõe-se concluir que a atual Constituição Federal fornece elementos para que a historicamente almejada autonomia da cultura seja respeitada e, mais que isso, seja fomentada pelo Estado brasileiro.”* (CUNHA FILHO, 2004, p. 121).

Valerá, também, ao longo da pesquisa, investir na leitura de jovens pensadores e estudiosos do supracitado ramo do direito, podendo-se destacar os Professores Mario Ferreira de Pragmacio Telles e Rodrigo Vieira Costa.

As políticas culturais nacionais, têm sua inauguração mais precisamente nos anos 30 do século XX. Porém, o tempo maior de existência e de discussões sobre as políticas culturais comparação com os direitos acima destacados, não afasta a necessidade de enfrentar as barreiras e as dificuldades para implementação de tais políticas.

No intuito de conhecer e difundir essas políticas tão fundamentais para garantir o acesso geral aos serviços e bens culturais é necessário conhecer estudiosos importantes desse tema.

Nesse sentido, é indispensável conhecer o trabalho e a produção intelectual da historiadora e doutora Lia Calabre além de ser pesquisadora e chefe do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Igualmente importante é conhecer o trabalho dos Professores Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho. Segundo Rubim, apesar das limitações “parece possível traçar

um percurso primeiro do que foram e são as políticas culturais nacionais no Brasil, seus dilemas e desafios” (RUBIM, 2007, p. 14).

5. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada na pesquisa será bibliográfica, para que se possa explorar os conceitos principais de função social da arte e da responsabilidade pública dos acervos privados, especialmente sob a ótica jurídica, bem como será a pesquisa documental, de modo que se tenha acesso às informações que cercaram a iniciativa de inauguração do centro cultural Instituto Casa Roberto Marinho.

Outro método a ser utilizado será também a oitiva dos interlocutores que participaram da concepção e da concretização da referida iniciativa por meio de entrevistas.

A pesquisa tem como base a idealização e a materialização da abertura de um novo centro cultural na cidade do Rio de Janeiro, a relevância de seu acervo como referência da arte moderna produzida no Brasil, além do próprio contexto histórico, econômico, político e jurídico em que o referido projeto cultural se concretizou.

6. CRONOGRAMA DA PESQUISA

AÇÃO	2019												2020											
	MESES																							
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
DISCIPLINAS		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X													
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA			X	X	X	X	X	X	X	X	X													
ENTREVISTAS E COLETA DE DADOS						X	X	X	X															

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988: A Representação de Interesses e a sua Aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

_____. *Direitos Culturais no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 11, p. 116-127, jan. 2011.

_____. *Integração de Políticas Culturais: Entre as Ideias de Aliança e Sistema*. In: CALABRE, Lia (Org). *Políticas Culturais: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 118-129.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (Org.). *Direitos Culturais*. Salvador: EDUFBA, 2018.

KAUARK, Giuliana. *Direitos culturais e políticas públicas de cultura: possíveis intersecções*. PRAGMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, [S.l.], n. 7, p. 24-32, set. 2014. Disponível em:<http://www.pragmatizes.uff.br/index.php/ojs/article/view/68/59>>.

Acesso em: 10 ago. 2018.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Os Direitos Culturais na Constituição Brasileira: uma análise conceitual e política*. In: CALABRE, Lia (Org). *Políticas Culturais: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 105-117.

PEDRO, Jesus Pietro de. *Direitos Culturais, o Filho Pródigo dos Direitos Humanos*. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 11, p. 44-49, jan. 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (Orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: Direitos e Políticas Culturais no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.

